



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)
 PERGUNTA Número 2246 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>06/05/2009</u>
O Secretário da Mesa

Assunto: **Congelamento de salários nas Lojas Francas de Portugal**

Destinatário: **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

As Lojas Francas de Portugal são detidas em 51% pela TAP. Ou seja, encontram-se sob a tutela do Ministério de Transportes.

A Administração das Lojas Francas de Portugal decidiu unilateralmente congelar os salários dos trabalhadores em 2009, não realizando qualquer actualização salarial.

Ora, a própria Empresa divulgou que prevê para 2008 – um volume de facturação de 145 milhões de euros, que representam um acréscimo face a 2007 de 15%, e uma previsão de lucros de 8 milhões de Euros (antes de impostos).

Aos trabalhadores não resta assim outra alternativa que avançar para a luta para impedir que se incremente a sua exploração.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, solicito ao **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, os seguintes esclarecimentos:

1. Como compagina o Governo o seu discurso oficial com esta decisão (de que é responsável) de uma empresa lucrativa se recusar a qualquer aumento salarial?

2. Tenciona o Governo responsabilizar novamente os trabalhadores quando estes responderem com a luta a esta arbitrariedade do Governo e da TAP?

Palácio de S. Bento, 6 de Maio de 2009

O Deputado:

Bruno Dias